



Relatório da Administração

A IT.Art Tecnologia S.A. ("Companhia") apresenta seus resultados consolidados relativos ao exercício de 2024, preparados e apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2024 o mercado de entretenimento sofreu com o cancelamento de turnês e festivais, e a não realização de eventos sazonais, após um período de bastante crescimento do segmento pós-pandemia.

A Companhia manteve sua base de clientes e conquistou novos contratos mesmo em um momento de retração do mercado, e além disso atuou firmemente na renovação de contratos e reconquistou clientes. No entanto, o movimento de mercado impactou também os negócios da Companhia, gerando redução no GMV e taxa de conveniência frente ao ano anterior. A companhia registrou uma redução na receita líquida, que totalizou R\$19,06 milhões em 2024, queda de 17% em relação ao ano anterior.

Apesar da retração da receita, a exposição a risco da Companhia foi reduzida, fruto da adoção de novas políticas, melhoria de processos, capacitação dos times comercial e operacional visando a sustentabilidade da empresa.

Os custos operacionais foram de R\$11,5 milhões, um crescimento de 28% frente ao ano anterior, e as despesas gerais e administrativas sofreram redução de 25%, totalizando R\$3,7 milhões em 2024 e R\$4,9 milhões em 2023.

Os principais fatores que levaram ao aumento de custos foram: (i) efeito cambial (*custos de tecnologia atrelados ao dólar*), (ii) aumento de custo de aquisição pelos cancelamentos de 2023, (iii) reforço da infraestrutura tecnológica e de consultorias de cibersegurança, e (iv) compromissos comerciais assumidos em 2023 e não provisionados para o exercício de 2024. Outrossim, ao longo do exercício, a Companhia realizou ajustes contábeis e operacionais, incluindo a revisão e manutenção das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A administração da Companhia continua atuando para melhorar os processos, e segue empenhada na reestruturação e profissionalização da companhia, desenvolvendo novos produtos e serviços que visam aumentar a eficiência operacional e para conquistar novos mercados e clientes.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes e acionistas pela confiança e apoio ao longo do exercício encerrado em 2024.



Proposta de Distribuição de Dividendos

O resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$ 3.736.237,15 (*três milhões, setecentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e quinze centavos*), dos quais (i) R\$186.812,00 (*cento e oitenta e seis mil, oitocentos e doze reais*), correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, será destinado para a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; (ii) R\$887.357,00 (*oitocentos e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais*), correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme destinação para a reserva legal, será distribuído a título de dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do art. 202 da Lei das S.A. e art. 21 do estatuto social da Companhia; e (iii) R\$ 2.662.068,15 (*dois milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, sessenta e oito reais e quinze centavos*) será destinado para a reserva estatutária, nos termos do art. 194 da Lei das S.A. e art. 21 e 22 do estatuto social da Companhia.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.865	25.112	Fornecedores	11	788	822
Contas a receber de clientes	7	17.645	16.056	Obrigações com Clientes	11	9.816	22.072
Tributos a recuperar	8	1.807	133	Passivo de arrendamento		-	55
Adiantamentos a fornecedores		9	11	Salários, provisões e encargos sociais		244	256
Custos antecipados		251	200	Impostos e contribuições a recolher	12	1.543	447
Outras contas a receber		4	17	Adiantamentos de clientes		18	15
Total do ativo circulante		34.581	41.529	Partes relacionadas	9	394	15
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		12.803	23.682
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		18	-	Exigível a longo prazo:			
Partes relacionadas	9	-	172	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	6.270	5.577
Total do realizável a longo prazo		18	172	Impostos e contribuições a recolher	12	86	120
Imobilizado		92	108	Total do passivo não circulante		6.356	5.697
Bens de direito de uso		-	49	TOTAL DO PASSIVO		19.159	29.379
Intangível	10	1.849	1.765	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		1.959	2.094	Capital social		7.800	7.800
				Reservas legal		370	244
				Reserva de lucro		5.475	3.678
				Resultado do exercício		3.736	2.522
				Total do patrimônio líquido		17.381	14.244
TOTAL DO ATIVO		36.540	43.623	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.540	43.623

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	15	19.062	22.937
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	16.b)	(11.536)	(9.024)
LUCRO BRUTO		7.526	13.913
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16.a)	(3.707)	(4.969)
Remuneração dos administradores		(703)	(596)
Outras receitas e despesas, líquidas	18	(418)	(5.531)
LUCRO OPERACIONAL		2.698	2.817
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	17	(157)	(69)
Receitas financeiras	17	2.421	1.646
Variação cambial e monetária, líquida	17	(253)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.709	4.394
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	27.a)	(973)	(1.872)
Diferido		-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO		3.736	2.522

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2023	7.800	244	4.836	-	12.880
Dividendos distribuídos	-	-	(1.158)	-	(1.158)
Lucro do exercício	-	-	-	2.522	2.522
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reserva legal	-	126	-	(126)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	599	(599)	-
Retenção de lucros	-	-	1.797	(1.797)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	7.800	370	6.074	-	14.244
Dividendos distribuídos	-	-	(599)	-	(599)
Lucro do exercício	-	-	-	3.736	3.736
Destinação do resultado do exercício:					
Constituição de reserva legal	-	187	-	(187)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	887	(887)	-
Retenção de lucros	-	-	2.662	(2.662)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	7.800	557	9.024	-	17.381

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Prejuízo) lucro do exercício		3.736	2.522
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	16.b)	625	520
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		257	16
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhis	13	444	5.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.a)	288	-
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(1.877)	556
Impostos a recuperar		(1.674)	745
Adiantamentos a fornecedores		2	(4)
Outras contas a receber		13	(15)
Depósitos judiciais		(18)	59
Custos antecipados		(51)	35
Fornecedores		(12.290)	11.214
Impostos e contribuições a recolher		1.062	(615)
Salários, provisões e encargos sociais		(12)	(76)
Adiantamentos de clientes		3	(58)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	13.1)	(6)	(1)
Partes Relacionadas		379	-
Outras obrigações		-	(241)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		(9.119)	20.235
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado e intangível	10	(644)	(849)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(644)	(849)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Partes relacionadas		172	211
Pagamentos de dividendos		(599)	(1.158)
Pagamento de passivos de arrendamento		(57)	(114)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(484)	(1.061)
		(10.247)	18.325
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		25.112	6.787
No final do exercício		14.865	25.112
		(10.247)	18.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Não auditadas)

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A IT.Art Tecnologia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, que têm como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

a) As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como "IFRS Accounting Standards"), e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b) As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

c) As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) utilizando o método indireto. As informações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional das operações da Companhia. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se e (iv) histórico do cliente. A perda é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimentos de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

c.i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Adiantamentos de clientes

Compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que as obrigações de performance sejam cumpridas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

e) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos na atividade da Companhia, conforme descrição a seguir. a Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

Baseada no modelo de cinco etapas da norma, a saber: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida, a Companhia analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem quando:

As receitas de serviços, de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

f) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

g) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

h) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando a Companhia se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) são adicionados ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos e passivos financeiros, mantidos pela Companhia, são classificados na categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

i.i) Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

i.ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

i.iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 13). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Destacamos as alterações a seguir:

- Alterações à IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Acordos de Financiamento de Fornecedores.

As mudanças incluem um novo objetivo de divulgação na IAS 7, determinando que uma entidade deve fornecer informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários das projeções financeiras avaliem o impacto desses acordos nos passivos e fluxos de caixa. Além disso, a IFRS 7 foi revisada para incluir os acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências de divulgação relacionadas à exposição da entidade à concentração de risco de liquidez.

- Alteração à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”. As modificações na IFRS 16 introduzem requisitos para a mensuração subsequente de transações de “sale and leaseback” que atendem aos critérios da IFRS 15 para serem contabilizadas como venda. Estas alterações determinam que o vendedor-arrendatário estabeleça os 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de forma a evitar o reconhecimento de ganhos ou perdas relacionadas ao direito de uso bloqueado por ele após a data de início.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Sem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

- Alterações à IAS 21 – Falta de Conversibilidade.
- Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade.
- IFRS 18 -Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para: apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	266	355
Aplicações financeiras:		
Certificado de Depósito Bancário - CDB ⁽ⁱ⁾	9.740	13.726
Operação compromissada - DI ⁽ⁱⁱ⁾	4.859	11.031
Total	14.865	25.112

(i) Certificados de Depósito Bancário CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 655 dias, os quais são remunerados por taxas médias de médias de 100% da variação do CDI, (99% a 101% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023), mantidos em instituições financeiras no Brasil.

(ii) Depósitos a prazo fixo com liquidez imediata e vencimento inferior ou igual a 45 dias, os quais são remunerados por taxas médias de 67% da variação do CDI (67% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2023), mantidos em instituições financeiras no Brasil.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	2024	2023
Clientes faturados	1.452	315
Bilheteria	16.481	15.741
Total das contas a receber	17.933	16.056
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(288)	-
Total	17.645	16.056

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRPJ/CSLL - antecipações	1.405	37
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	356	41
Programa de Integração Social - PIS	1	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4	-
Impostos federais a recuperar	41	55
Total	1.807	133

Os impostos recolhidos por antecipação são recuperáveis após transmissão da ECF com o encontro de contas de ativo e passivo cuja previsão de entrega é dia 31 de julho de 2025.

9. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de R\$ 394 no passivo circulante e R\$ 547 no resultado (R\$ 15 no passivo circulante e R\$ 22 no resultado em 31 de dezembro de 2023), relativos a um acordo de gestão e administração com sua controladora T4F Entretenimento S.A., que inclui recebimento, repasses e pagamentos de despesas, os pagamentos são efetuados trimestralmente. A movimentação de partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	2023	A pagar	A receber	Pagamentos	2024
Backoffice	(1.076)	(801)	111	-	(1.765)
Perticket	1.061	343	-	-	1.404
Outros (desenvolvimento)	-	(33)	-	-	(33)
A receber acionistas	172	(172)	-	-	-
Total	157	(663)	111	-	(394)

	2022	A pagar	A receber	Pagamentos	2023
Backoffice	-	(1.249)	173	-	(1.076)
Perticket	-	1.061	-	-	1.061
Outros (desenvolvimento)	-	-	-	-	-
A receber acionistas	172	-	-	-	172
Total	172	(188)	173	-	157

10. OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	2024	2023
Custo			
Software		3.080	2.440
Outros intangíveis		50	50
Amortização			
Software	20	(1.281)	(725)
Total		1.849	1.765

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) Movimentação do intangível

	2024	2023
Saldo inicial	1.765	1.319
Adições:		
Software	640	849
Total de adições	640	849
Amortização ⁽ⁱ⁾	(556)	(403)
	(556)	(403)
Saldo final	1.849	1.765

(i) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 16.b).

11. FORNECEDORES E OBRIGAÇÕES COM CLIENTES

	2024	2023
Fornecedores nacionais	788	822
Obrigações com clientes (i)	9.816	22.072
Total	10.604	22.894

(i) A variação se deu pelas devoluções e cancelamentos substancialmente referente as devoluções da edição de 2023 da Tomorrowland considerada em obrigações com clientes. O Montante foi pago no primeiro semestre de 2024

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2024	2023
COFINS a recolher	202	71
PIS a recolher	37	13
Imposto Sobre Serviços - ISS	86	109
IRPJ e CSLL a recolher	1.148	211
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱ⁾	35	25
INSS de terceiros a recolher	8	1
Outros	27	17
Passivo circulante	1.543	447
Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse ⁽ⁱ⁾	86	120
Passivo não circulante	86	120

(i) Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o novo parcelamento através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a regularização fiscal relativa aos débitos inscritos em dívida ativa da União em face de contribuintes que integram o Setor de Eventos, permitindo a retomada da atividade produtiva em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais com probabilidade de perda provável:

	2024	2023
Trabalhistas	5.366	3.604
Cíveis	904	1.973
Total	6.270	5.577

13.1) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	2023	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2024
Trabalhistas	3.604	1.512	-	250	5.366
Cíveis	1.973	(1.068)	(6)	5	904
Total	5.577	444	(6)	255	6.270

	2022	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2023
Trabalhistas	-	3.604	-	-	3.604
Cíveis	-	1.974	(1)	-	1.973
Total	-	5.578	(1)	-	5.577

A Companhia é parte envolvida em contingências que incluem processos trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

Colaboradores inativos podem ingressar com reclamação trabalhista em até dois anos após o desligamento. Caso isso ocorra, o cálculo do processo pode retroagir para os últimos cinco anos anteriores à data de ajuizamento. Para fins de estimativa de contingências trabalhistas, é aplicada uma provisão de 85% sobre o saldo calculado.

13.2) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está envolvida em processos cíveis e outros classificados como perda possível no valor de R\$ 21.342 (R\$ 268 em 31 de dezembro de 2023). Entre os processos cíveis e outros que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia figura no polo passivo de diversas ações em trâmite em Juizados Especiais de abrangência nacional, em função de cancelamento e problemas havidos em eventos de terceiros. Considerando que a Companhia está na cadeia de consumo, é incluída no polo passivo dessas ações pelos consumidores. O valor estimado em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente R\$ 1.322 (R\$ 268 em 31 de dezembro de 2023) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.

b) A Companhia recebeu, em 29 de abril de 2024, Notificação sobre Instauração de Arbitragem da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, informando sobre o requerimento de instituição de procedimento arbitral. Caso a Companhia não prevaleça na arbitragem, as consequências incluem a sua dissolução parcial e o pagamento de valores aos requerentes após apuração de haveres. O valor atribuído à causa é de R\$ 20.000 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$7.800 (R\$7.800 em 31 de dezembro de 2023), representado por 3.859.250 ações ordinárias nominativas, com a seguinte composição acionária:

Acionista	Numero de Ações ON	Participação acionária
T4F Entretenimento S.A.	2.315.550	60%
BPL Holding Ltda.	1.543.700	40%
Total	3.859.251	100%

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2024 os dividendos obrigatórios representam o montante R\$ 887 e serão pagos até o final do exercício subsequente.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período quando ocorrência de lucros acumulados.

d) A reserva de retenção de lucros/prejuízos acumulados foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos e compensação de prejuízos.

15. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Recita Bruta de Serviços	20.348	24.624
Total da Receita bruta	20.348	24.624
Deduções e impostos incidentes	(1.286)	(1.687)
Receita líquida	19.062	22.937

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	2024	2023
Despesas com pessoal	(2.288)	(2.378)
Serviços de terceiros	(1.593)	(2.086)
Utilidades e facilidades	(50)	(153)
Reversão (constituição) de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(288)	-
Outras despesas	(191)	(948)
Total	(4.410)	(5.565)
Gerais e administrativas	(3.707)	(4.969)
Remuneração dos administradores	(703)	(596)
Total das despesas por natureza	(4.410)	(5.565)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) Custos por natureza:

	2024	2023
Transportes e locações	(386)	(380)
Serviços de terceiros	(2.037)	(980)
Viagens e locomoção	(111)	(104)
Utilidades e facilidades	(61)	(24)
Mídia e publicidade	(13)	(6)
Depreciação e amortização	(625)	(520)
Custos com pessoal	(1.548)	(697)
Custos de produção	(6.755)	(6.313)
Total	(11.536)	(9.024)

17. RESULTADO FINANCEIRO

Despesas financeiras:	2024	2023
Juros passivos	(87)	(15)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	-
Outras	(68)	(54)
Total	(157)	(69)

Receitas financeiras:	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	1.163	1.194
Outras	1.258	452
Total	2.421	1.646

Variações monetárias, líquidas:	2024	2023
Passivas	(255)	-
Ativas	2	-
Total	(253)	-

18. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Reversão (provisão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(438)	(5.577)
Outras	20	46
Total	(418)	(5.531)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	2024	2023
Despesa de IRPJ corrente	(713)	(1.372)
Despesa de CSLL corrente	(260)	(500)
Total	(973)	(1.872)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IRPJ e da CSLL	4.709	4.394
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(1.601)	(1.494)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:		
Multas e despesas indedutíveis	(80)	(3)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(235)	(1.896)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(98)	-
Outras provisões	-	(43)
Benefício lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Pers	1.266	1.890
Outros itens	(225)	(326)
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	(973)	(1.872)
% alíquota efetiva	21%	43%

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

O resultado da Companhia é afetado pelas mudanças nas taxas de juros, devido ao impacto que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes de instrumentos de dívida com taxas variáveis e nas receitas de juros gerados a partir dos saldos do nosso caixa e dos nossos investimentos.

b) Exposição ao risco cambial

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira sofreu desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, poderá ainda haver flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Eventuais desvalorizações do Real com relação ao Dólar americano podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e, conseqüentemente, nossas operações.

c) Risco de inflação

De modo geral, como entretenimento não é considerado um serviço essencial, o desempenho do setor é muito sensível às variações da economia. Qualquer desaceleração nos mercados em que operamos resultará em um declínio no poder aquisitivo e na renda disponível tanto do público quanto de nossos patrocinadores, o que poderia causar uma redução da frequência e das receitas dos eventos de entretenimento ao vivo, podendo impactar negativamente o resultado de nossas operações.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre nossos negócios. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos serviços de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para nós.

d) Risco Legais

O governo brasileiro pode, a qualquer momento, alterar os seu regime tributário de modo que aumente o nosso encargo fiscal. Essas alterações incluem modificações de alíquotas e, ocasionalmente, promulgação de novos tributos temporários ou definitivos. Os efeitos dessas medidas e de quaisquer outras alterações que resultarem da promulgação de reformas tributárias poderão acarretar aumentos do nosso encargo fiscal como um todo, o que poderá interferir nos preços por nós praticados, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. Caso ocorram quaisquer dessas medidas, não poderemos garantir nossa capacidade de manutenção de preços e lucratividade.

e) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

vii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

21. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Em 31 de dezembro de 2024, não havia ações ordinárias potenciais.

Em 31 de dezembro de 2024 a quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e lucro diluído por ação foi de 3.859.250 resultando em um lucro por ação de R\$ 0,9681 em reais (R\$ 0,6535 em reais em 31 de dezembro de 2023).



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)

A Receita Federal informou à Comissão Mista de Orçamento que o montante de R\$ 15 bilhões em benefícios fiscais previstos na Lei do Perse deverá ser realizado em março deste ano. Nos termos da referida legislação, após a confirmação desse limite, os incentivos fiscais serão encerrados no mês seguinte.

Relatório INTI FINAL pdf

Código do documento 966b08ac-2618-400e-8d78-6c12dea94c6a



Assinaturas



RODRIGO BARRETO SILVA
rbsilva@t4f.com.br
Assinou

Rodrigo Barreto Silva



João Marcos Silveira Bibar
joao@byinti.com
Assinou



Eventos do documento

04 Apr 2025, 18:21:51

Documento 966b08ac-2618-400e-8d78-6c12dea94c6a **criado** por PEDRO FRANZIN (48f1bc10-9cc9-4f54-ba69-6c43e31fda24). Email: pfranzin@t4f.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-04T18:21:51-03:00

04 Apr 2025, 18:22:55

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO FRANZIN (48f1bc10-9cc9-4f54-ba69-6c43e31fda24). Email: pfranzin@t4f.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-04T18:22:55-03:00

04 Apr 2025, 18:24:03

RODRIGO BARRETO SILVA **Assinou** (c3e6da47-d9ae-493b-8b62-f861724e3774) - Email: rbsilva@t4f.com.br - IP: 170.150.75.183 (ip-170-150-75-183.iranettelecom.com.br porta: 54998) - Documento de identificação informado: 329.967.938-46 - DATE_ATOM: 2025-04-04T18:24:03-03:00

04 Apr 2025, 18:25:55

JOÃO MARCOS SILVEIRA BIBAR **Assinou** (81a90394-4d3c-4004-b493-1e9e35982dbe) - Email: joao@byinti.com - IP: 201.21.152.69 (c9159845.virtua.com.br porta: 41878) - **Geolocalização: -23.330258347179832 -51.18004619910386** - Documento de identificação informado: 328.107.088-43 - DATE_ATOM: 2025-04-04T18:25:55-03:00

Hash do documento original

(SHA256):81699b96f96ea94f9f43cd5b4c0bebb3b1d73a0f63418c8f8a2e571ffb502555

(SHA512):727aae6da4c44159abde0cc9d8447e49ccdbaf21cdc77c1c6a40837aeb944afdf5518b312f5e66fa84259f45d528b2e6ab412355af5176b1f054f3adf2b764e8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.